
BOLETIM GATE

Planejamento para a superação da crise ambiental



Desde o ano passado, governos do mundo todo têm discutido planos multissetoriais de transição ambiental. Nos Estados Unidos, Alexandria Ocasio-Cortez apresentou a resolução que delineou as linhas do chamado *Green New Deal*. Segundo o plano, além de investir na transição para uma economia de baixo carbono, o governo também seria responsável pela transição justa de trabalhadores e comunidades.

Foto: Cerne

A pré-candidatura de Bernie Sanders foi a mais ousada nesse campo, com um plano de investimentos de US\$ 16,3 trilhões em 10 anos e com financiamento por meio da emissão de moeda, como defendido pela Teoria Monetária Moderna (MMT na sigla em inglês). O presidente eleito Joe Biden, mais moderado, se comprometeu com investimentos de 10%

desse valor, além de buscar mais US\$ 5 trilhões junto à iniciativa privada e governos locais. Esses planos preveem não apenas a geração de empregos de qualidade na economia verde, mas também o fim das emissões líquidas de carbono até 2050 – e a retomada de compromissos internacionais como o Acordo de Paris.

Do outro lado da disputa geopolítica, a China se comprometeu a zerar suas emissões líquidas de carbono até 2060, atingindo o pico de emissões até 2030. O esforço em promover uma transição ambiental vem surtindo efeito. O país produz hoje 30% da energia solar do mundo, ainda que em termos per capita esteja atrás dos Estados Unidos, (veja gráfico ao final deste texto). De toda forma, o impacto ambiental chinês ainda responde sozinho por 28% das emissões mundiais de CO², o dobro da participação estadunidense (embora as emissões per capita dos EUA sejam 2,3 vezes maiores).

A estratégia para a China atingir a neutralidade de emissões de gases do efeito estufa será conhecida apenas em março, com o 14º Plano Quinquenal. O que já se sabe é que há uma meta para que até 2035 metade da frota veicular chinesa seja movida a energia elétrica e a outra metade seja híbrida. O plano chinês integra esse processo à corrida tecnológica.



Joe Biden, presidente eleito dos EUA. Foto: Eric Haynes/Creative Commons

Governos estão integrando a transição ambiental à corrida tecnológica

Essa integração de objetivos não é exclusiva da China. França, Alemanha e Coreia do Sul apresentaram programas de investimento superiores a US\$ 120 bilhões nos quais a transição digital aparece ao lado da questão ambiental. Vale notar que o programa do *Green Deal* europeu, que prevê investimentos superiores a US\$ 1 trilhão na próxima década, tem forte ênfase na questão agrícola, para além da transição

digital. Seu programa “Da fazenda para o garfo” (*from farm to fork*) traça incentivos para produção agroecológica e restauração de vínculos mais próximos entre comunidades rurais e urbanas, mas também estabelece metas de redução dos alimentos para gado responsáveis por desmatamento – algo com impacto potencialmente relevante sobre nossa exportação de soja, responsável por 20% do total exportado em 2019.

Assinam este boletim:

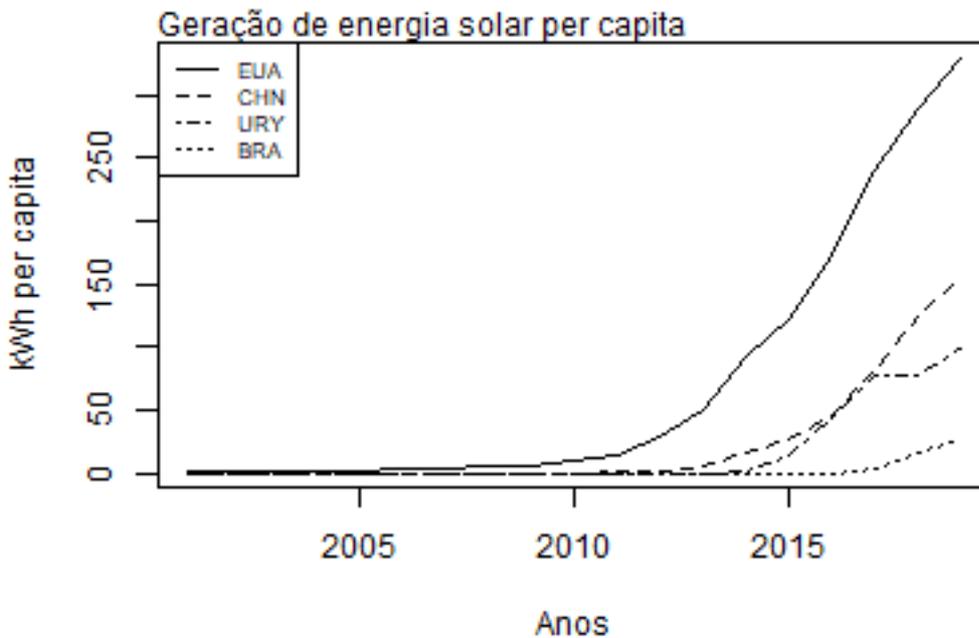
•**Emílio Chernavsky** (economista, Doutor em Economia / USP, assessor do PT na Câmara Federal)

•**Marcelo P. F. Manzano** (economista, Doutor em Desenvolvimento Econômico / Unicamp; Pesquisador do CESIT e coordenador da Maestria FPA/Flacso);

•**Matias Cardomingo** (economista, Mestre em economia/USP,

Na América Latina há a iniciativa do *Big Push Ambiental* sendo construída na Cepal – braço da ONU para questões econômicas na região – pela pesquisadora Camila Gramkov. A ideia-força é criar metodologias de coordenação de investimentos privados e públicos em soluções para os problemas crônicos do subdesenvolvimento à luz dos desafios ambientais. Trata-se de atuar para “desacoplar o desenvolvimento econômico da degradação do meio ambiente”.

Gramkov sugere como exemplo a Política Energética 2030 lançada pelo Uruguai no início da década passada. O gráfico abaixo mostra como o país conseguiu desenvolver seu mercado de energia fotovoltaica, chegando a equiparar-se à produção per capita chinesa, e hoje 90% de sua matriz energética é baseada em fontes renováveis (no início do plano 56% da energia provinha da queima de petróleo importado).



Fonte: Our world in data. Elaboração própria.

Vários exemplos ao redor do mundo não deixam dúvidas sobre a centralidade do papel de planejamento que o Estado na superação dos desafios ambientais. Essa questão torna-se particularmente importante num cenário em que nossas políticas econômicas completam meia década focadas na redução de capacidade e do tamanho do governo. Soma-se a limitação da política fiscal com o Teto de Gastos será muito mais difícil construirmos a institucionalidade necessária para a superação desses desafios, articulando setor público e privado em uma estratégia unitária de desenvolvimento. Contudo, não fazê-lo implicará em uma deterioração ainda mais profunda de nossa posição periférica, conforme os padrões de consumo passem a ter exigências cada vez maiores sobre o impacto ambiental – como parece se delinear no caso das importações europeias. Tal como a transição digital não poderá ser dissociada do debate ambiental, também nossas políticas de desenvolvimento deverão corresponder a esse novo momento, caso queiramos de fato construir saídas efetivas para nossos problemas estruturais.